Uma nova fase do capitalismo ou um novo modo de produção capitalista?[1]

ELEUTÉRIO F. S. PRADO
PROFESSOR DA FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (FEA/USP)

Nessa nota, tomo por referência o pequeno livro de Chesnais, Duménil, Lévy e Wallerstein[2], o qual se propõe a responder a seguinte pergunta: entramos em uma nova fase do capitalismo? O livro contém três contribuições e todas elas respondem à questão proposta pela afirmativa.

Duménil e Lévy afirmam ter ocorrido uma crise estrutural do capitalismo nos anos 1970, a qual foi superada por meio de "transformações profundas em seu funcionamento". Por crise estrutural, esses autores entendem uma incapacidade das instituições capitalistas em manter a taxa de lucro num nível adequado para o prosseguimento da acumulação de capital; a crise se manifestou, principalmente nos anos 1970, por meio de uma baixa tendencial da taxa de lucro que resultou de uma redução histórica da produtividade do capital (nos termos de Marx, ocorreu uma elevação da composição orgânica do capital). Para a superação da crise a partir dos anos 1980, eles entendem que sobreveio uma mudança de funcionamento do capitalismo, a qual eles caracterizaram como "progresso de gestão". A recuperação foi possível devido a uma "nova dominância financeira" que "reorientou a gestão em direção à maximização da taxa de lucro"; essa dominância propiciou o advento de uma revolução técnico-organizacional baseada nas novas tecnologias de comunicação e informação; ambas essas forças conseguiram

[1] Texto apresentado no programa de seminários temáticos do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, em 20 de outubro de 2005.

[2] François Chesnais, Gerard Duménil, Dominique Lévy, Immanuel Wallerstein. *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Cemarx/Xamã, 2003.

elevar a produtividade do capital, assim como a taxa de exploração, fazendo crescer a taxa de lucro.

François Chesnais caracteriza a mudança estrutural dos anos 1980 como passagem para um regime de acumulação com dominância financeira, abertura para uma nova etapa no evolver do imperialismo – o qual é compreendido como dominação interna e internacional do capital financeiro. Essa etapa é marcada pela retomada do modo de acumulação do primeiro terço do século XX, após um hiato de cerca de quatro décadas no qual o poder das finanças foi contido na Europa e nos Estados Unidos. Durante esse período, as burguesias buscaram sustentar o movimento de reprodução do capital por meio do chamado "consenso fordista e keynesiano". Com o esgotamento desse modo de acumulação e o fracasso do socialismo real, as burguesias mudam a sua estratégia de dominação; passam então a impor uma reorganização do mundo com base na ditadura dos credores, nas novas finanças corporativas, na mundialização das finanças, da concorrência e das tecnologias de informação e comunicação, assim como por meio da flexibilização do uso da força de trabalho e dos salários. A dominância financeira se explica porque ela visa garantir, sobretudo, a apropriação das rendas financeiras, ou seja, juros e dividendos, numa escala mundial.

Wallerstein afirma, também, que se vive um período de crise e de transformação. A etapa histórica atual, segundo ele, deve ser enxergada em duas perspectivas, como cruzamento de dois ciclos, um deles de expansão e contração do sistema econômico capitalista como um todo (ciclo Kondratiev) e o outro relacionado à própria existência pluri-secular desse sistema que denomina de "economia-mundo capitalista". Segundo a primeira perspectiva, está-se numa fase B do ciclo de Kondratiev, que se caracteriza por uma tendência de contração econômica. Esta fase B se seguiu ao período de 1945 até 1967-1973, caracterizado como fase A de expansão econômica. Conforme a segunda perspectiva, "o período que se estende desde 1450 aos nossos dias" – em suas próprias palavras – "marca os limites do ciclo de vida da economia-mundo capitalista, com seu período de gênese, seguido de um período de desenvolvimento normal e que, atualmente, entrou em seu período de crise terminal".[3] Wallerstein também enxerga predominância financeira na segunda fase do ciclo longo, mas ele supõe que se trata de uma

3 *Idem*, p. 73.

conseqüência estrutural cuja origem se encontra nas próprias dificuldades da expansão da produção capitalista ao final da primeira fase.

Todas essas contribuições à compreensão da época atual se encontram dentro do marxismo enquanto corrente ampla de pensamento que vem de Marx, mas não se fecha nele, pois privilegiam a acumulação de capital na análise histórica, tomando o capital como sujeito. Ainda que difiram entre si em muitos aspectos, todas as três se caracterizam por abordar o desenvolvimento do modo de produção capitalista por meio de uma análise macroeconômica e historiográfica – ou seja, mais precisamente, por meio de uma delimitação de fases de desenvolvimento.

Tomando por referência essas três contribuições, parte-se aqui de um problema metodológico que se enxerga como central e preliminar. A questão mais promissora para entender o capitalismo contemporâneo – e talvez a mais correta – afigura-se hoje indagar se a consciência crítica está ou não na presença de um novo modo de produção, uma nova forma no interior do modo de produção capitalista, e não perguntar imediatamente pela existência de uma nova fase em seu processo de desenvolvimento histórico. Marx distingue dois modos de produção em *O capital*: a manufatura (primeiro momento do modo de produção capitalista) e a grande indústria (segundo momento do modo de produção capitalista). A cooperação é entendida aqui, não como um modo de produção distinto, mas como característica geral do modo de produção capitalista que se apresenta sob muitas formas distintas. Ela está apresentada em *O Capital* segundo as características que assume na origem do modo de produção. Nos *Grundrisse*, por outro lado, ele aponta para um desenvolvimento da grande indústria que parece levar a uma transformação qualitativa possível no modo de produção: "Mas à medida que a grande indústria se desenvolve, a criação de riqueza efetiva torna-se menos dependente do tempo de trabalho e do quantum de trabalho empregado, do que da força das agencias que são postas em movimento durante o tempo de trabalho, cuja '*powerful effectiveness*' por sua vez não tem mais nenhuma relação como o tempo de trabalho imediato que custa a sua produção, mas depende antes da situação geral da ciência, do progresso da tecnologia, ou da utilização da ciência na produção." [4]

[4] Karl Marx. *Grundrisse*: foundations of the critique of political economy. Londres: Penguin, 1973, p. 704-705.

Com Ruy Fausto, pensa-se que essa nova forma possível tornou-se efetiva historicamente.[5] Com ele ainda, chama-se esse terceiro momento do modo produção capitalista de pós-grande indústria e se acredita que ele passou a existir no pós-guerra, havendo se configurado como tal, mais claramente, a partir da década de 1970. Em conseqüência desse posicionamento, avulta uma questão teórica cujo exame requer respeito à lógica da apresentação de *O Capital*, com os seus três momentos de desenvolvimento: processo de produção do capital (livro I), processo de circulação do capital (livro II) e processo global da produção capitalista (livro III).

Não se pode dizer, entretanto, que esse desenvolvimento teórico – ainda que de importância excepcional para a compreensão de nossa época – já foi realizado e que, portanto, trata-se apenas de divulgá-lo. Há certamente pesquisas factuais e conceituais em andamento que podem contribuir para esse desenvolvimento. Há, ademais, alguns pontos de apoio que podem alicerçar um trabalho de investigação e exposição mais consistente e sistemático. Passa-se, pois, a mencioná-los.

Ao se pretender falar em um novo modo de produzir no interior do modo de produção capitalista, impõe-se antes de tudo caracterizá-lo adequadamente. E, certamente, os pontos chaves dessa diferenciação vêm a ser a forma de subsunção do trabalho ao capital e a constituição do valor como trabalho abstrato medido pelo tempo.

No que se refere ao primeiro ponto, julga-se que se pode dizer com relativa segurança que Marx caracteriza a manufatura pela subsunção formal e a grande indústria pela subsunção real do trabalho ao capital. A subsunção vem a ser formal na manufatura devido à subordinação e inclusão da força de trabalho como momento interno da relação de capital por meio da venda da força de trabalho ao capitalista, ou seja, por meio da relação contratual e jurídica de assalariamento. A subsunção restringe-se ao formal na manufatura, pois, aí se conserva ainda, em essência – ainda que cada vez mais parcelado –, o modo de trabalhar do artesanato, ou seja, no processo de trabalho vigora o princípio subjetivo de divisão do trabalho na produção. "Composta ou simples – diz Marx, por exemplo, em *O Capital* –, a execução

[5] Cf. Ruy Fausto. *Marx: lógica e política*: investigações para uma reconstituição do sentido da dialética. São Paulo: 34, 2002, t. 3, p. 128-140

continua artesanal e, portanto, dependente da força, habilidade, rapidez e segurança do trabalhador individual no manejo de seu instrumento".[6]

Já na grande indústria a subsunção do trabalho ao capital torna-se real e, por isso, deve-se entender que além de formal vem a ser, agora, também material. Se a manufatura caracteriza-se pela constituição do órgão coletivo de trabalho – combinação e cooperação organizada de trabalhadores com as suas ferramentas sob o comando do capitalista –, a grande indústria caracteriza-se por ser uma organização do trabalho produzida e comandada pelo maquinismo sistêmico e mecânico da fábrica, por um grande autômato. Nesse modo de produção caracteristicamente capitalista, o trabalhador que antes era órgão funcional de um organismo complexo de produção de mercadorias, transforma-se agora, nas palavras de Marx, em "apêndice do sistema de máquinas". O processo de produção deixa de estar adaptado ao trabalhador, ao seu modo específico de trabalhar, pois agora, ao contrário, o seu modo de trabalhar tem de estar adaptado ao processo de produção que passou a funcionar com uma lógica própria, resultado da aplicação técnica da mecânica, da química, etc.

O processo de trabalho enquanto tal é suprimido na grande indústria e em seu lugar se impõe a objetividade massacrante do processo de produção comandado pelas máquinas. Enfim, o "princípio subjetivo da divisão [do trabalho] é suprimido na produção mecanizada" e em seu lugar é posto o "princípio objetivo da combinação de máquinas", do automatismo maquinal. Desse modo, empregando palavras de Ure endossadas por Marx, pode-se dizer que o próprio autômato é o sujeito, que não é, pois, mero autômato, mas sobretudo autocrata. Desse modo, em conseqüência, os operários se tornam apenas peças conscientes engrenadas pelo maquinismo inconsciente que serve adequadamente à produção capitalista.

Como caracterizar a subsunção do trabalho ao capital na pós-grande indústria? Antes de tudo é preciso ver que na pós-grande indústria, a matéria por excelência do capital – ou seja, a matéria principal que dá suporte às suas formas – não é mais a máquina mecânica, o sistema de máquinas, mas vem a ser a inteligência coletiva que se concretiza por meio de sistemas

[6] Karl Marx. *O capital*: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983, v. 1, t. 1, p. 269.

cibernéticos de processamento de informação. Esses sistemas, verdadeiros autômatos espirituais, conjugam conhecimentos científicos e tecnológicos de homens e máquinas em interação permanente, com a finalidade ainda de se apropriar sem limites, igualmente, tanto da natureza humana quanto da natureza não humana. Eles funcionam por meio de máquinas inteligentes e de servidores humanos que operam em redes, as quais se estendem não só internamente às empresas, mas também para fora, inserindo-se nas redes mundiais de comunicação.

Por tudo isso, Ruy Fausto sugeriu que a subsunção do trabalho ao capital na pós-grande indústria fosse pensada ainda como real, já que está também regida por um princípio objetivo de organização da produção, não mais mecânico como na grande indústria, mas cibernético (termo este, entretanto, que ele não usa).[7] Nesse sentido, para diferenciá-la da subordinação real da grande indústria, caracterizou a forma mais avançada de dominação do capital como formal e espiritual, em oposição à última forma mencionada que denotou como subordinação formal e material (o termo material foi empregado aqui para apontar que sob essa forma o trabalhador é mero prolongamento do sistema de máquinas). A subsunção do trabalho ao capital na pós-grande indústria foi caracterizada ainda como formal porque está ainda baseada na relação de assalariamento, a qual, aliás, vem a ser, como se sabe, condição permanente da produção capitalista. Ela foi dita intelectual para indicar que o trabalhador é servidor consciente e ativo do sistema. Indo além de Fausto, pode-se entender este sistema como um sistema complexo totalizador que não apenas se repete monotonamente, mas que evolve e se inova permanentemente. Daí que o sistema de produção da pós-grande indústria seja chamado, às vezes, de flexível. Daí que o sistema como um todo se afigure como um autocrata global.

No que se refere à questão do valor, deve-se perguntar pelas condições estruturais nas quais os trabalhos concretos podem efetivamente se transformar "numa simples geléia de trabalho humano abstrato". Quando a subsunção do trabalho ao capital é adequada para a formação do valor enquanto quantum de trabalho abstrato e socialmente necessário? Segundo Marx,

[7] Ruy Fausto. *Op. cit.*

apenas o modo de produção da grande indústria é especificamente capitalista. Somente aí, quando vigora o "principio objetivo", o capital pode controlar plenamente a atividade do trabalho e a dedicação de tempo de trabalho à produção de mercadorias. Aquém e além da grande indústria há relativa inadequação da forma de subsunção ao capitalismo enquanto tal, pois num caso e no outro a subjetividade dos trabalhadores cria empecilhos para a homogeneização dos tempos de trabalho. Na manufatura vigora o principio subjetivo de divisão do trabalho e, por isso, os trabalhadores controlam em boa medida a doação de seu tempo de trabalho. Na pós-grande indústria as atividades criadoras de riqueza real não podem mais ser medidas apenas pelo tempo, já que dependem também da mobilização de conhecimentos, ciência e tecnologia, assim como do emprego de capacidade comunicativa, durante o tempo de trabalho.

Mas o que significa, pois, precisamente, a desmedida do valor na pós-grande indústria? Não significa a abolição da medição do trabalho pelo tempo – que é algo intrínseco à relação de capital – mas sim que essa medida se torna inadequada com o evolver da produção capitalista. Para usar uma metáfora simples veja-se que medir uma superfície que se tornou fortemente enrugada por meio do conceito de área plana é também inadequado.

Do conceito de pós-grande indústria, pois, chega-se diretamente às questões da desmedida do valor e da desregulação do capitalismo contemporâneo, das quais se derivam várias outras questões teóricas importantes. A elucidação dessas questões, por sua vez, vem a ser necessária para uma boa compreensão do capitalismo atual – ou seja, para o descobrimento de suas contradições, as quais, na leitura da dialética, encerram as possibilidades reais de transformação do sistema. Ainda que algumas dessas questões tenham sido tocadas em meu livro *Desmedida do valor*[8] – afinal ele foi escrito na perspectiva aqui exposta –, não se encontra aí nem um desenvolvimento suficiente nem um desenvolvimento sistemático dos problemas postos por essa linha de investigação. Para complementar esta exposição, é apresentada em seqüência, sem a pretensão de exaurir os problemas, uma relação das questões que se afiguram como relevantes, tendo por perspectiva a lógica de exposição de *O Capital*.

[8] Eleutério F. S. Prado. *Desmedida do valor*: crítica da pós-grande indústria. São Paulo: Xamã, 2005.

Pensando no livro I que trata do processo de produção do capital avultam os seguintes pontos: se o valor se cristaliza agora de um modo importante em serviços – e não tanto em coisas como na época de Marx – como se reproduz o fetichismo da mercadoria? Qual a ligação que isto pode ter com a noção de espetáculo? Há necessidade de apreender novos desenvolvimentos da forma dinheiro, já que este se afigura hoje como totalmente fiduciário? Se o valor se torna desmedido na pós-grande indústria, como ocorre e se desdobra a produção de capital e a acumulação de mais-valia? Se a mais-valia absoluta é a base da acumulação na manufatura, se a mais-valia relativa vem a ser fonte característica de expansão do capital na grande-indústria, como pensar a criação de mais-valia e o processo de acumulação na pós-grande indústria? Não há necessidade de examinar possíveis novas formas de assalariamento?

Passando, agora, ao livro II que trata do processo de circulação do capital, uma questão se mostra importante: no ciclo do capital na esfera da produção, tal como está apresentado em *O Capital*, o processo se inicia com a transformação do dinheiro, por meio de compras de mercadorias, em meios de produção e força de trabalho. No capitalismo atual, entretanto, a força de trabalho não pode ser simplesmente comprada, mas ela tem de ser também cooptada como força subjetiva; ademais, partes importantes dos meios de produção passam a ser intangíveis e, enquanto tais, eles não podem ser vendidos, mas têm de ser alugados por seus possuidores, ou seja, têm de ser emprestados ao modo do empréstimo de dinheiro. Assim, é evidente, a forma financeira da acumulação penetra no próprio processo de circulação do capital na esfera da produção. Eis que para Marx, como se sabe, o capital portador de juros permanece exterior ao processo de produção e de reprodução do capital. Diante dessa mudança, que desenvolvimentos seriam necessários na compreensão das metamorfoses, da rotação do capital e da reprodução e a circulação do capital social total?

A retomada da temática do livro III – o processo global da produção capitalista – seria evidentemente aquela tarefa mais produtiva na geração de uma boa compreensão do capitalismo contemporâneo. Não se pode negar, por exemplo, que avulta em relevância entender melhor a contradição entre a concorrência e a monopolização na economia mundial dos dias de hoje. Também não se pode negar que o metabolismo do capital – como

capital em geral e como capital particular múltiplo – passou por transformações no final do século XX e que elas são cruciais para o desenvolvimento do capitalismo no século XXI. O papel do capital fictício, por exemplo, parece ter se tornado excepcional para o funcionamento do sistema, tal como afirma Chesnais. O entendimento da estrutura de classes que hoje não pode ser mais pensada apenas em termos nacionais, mas mundialmente, afigura-se crucial, porque é a partir dela que se pode pensar a luta de classes enquanto atividade política transformadora.

É evidente que a literatura marxista, proto-marxista ou mesmo não marxista tem tratado de muitos desses pontos. É evidente, também, que mesmo a literatura especificamente marxista não tem conseguido muitas vezes manter-se fiel ao modo de exposição de *O Capital*, mesmo se tem avançado pontos importantes e percucientes. Fazer a crítica dessa literatura e retomar a ambição de apreender de um modo abrangente e aberto à apresentação das formas do capital afigura-se como um desafio que precisa ser enfrentado.

A contradição entre o capital e o trabalho, ou seja, a própria relação de capital parece ter se tornado mais – e não menos – antagônica no plano estrutural. O capitalismo, é certo, desenvolveu enormemente as forças produtivas e criou a possibilidade de uma existência material sem carências constrangedoras. Mas essa possibilidade não se tornou e não se tornará efetiva para a maior parte da população mundial. Eis que a dominação e a exploração desabrida da natureza e do próprio homem, a expansão desigual, é a sua lei absoluta – ainda que em certos pontos do sistema pareça ao contrário.

O aproveitamento das forças produtivas já desenvolvidas historicamente e o seu desenvolvimento adicional poderiam e deveriam evolver em um sentido comunitário e conservacionista, de um modo que beneficiasse a sociedade humana e a vida como um todo. Entretanto, essa mudança de sentido e esse alargamento de propósitos estão hoje travados pelas relações de produção capitalistas. O capital hoje não é mais somente trabalho morto acumulado, ele é uma ameaça de morte para a humanidade; o trabalho por seu turno não é apenas um princípio do humanamente vivo na produção, mas ele representa, ao buscar deixar de ser trabalho oprimido e função da acumulação, a única esperança para a continuidade da vida na face da terra. O crescimento exponencial do capital e o prosseguimento da existên-

cia estão em oposição absoluta. "A exacerbação da contradição constitutiva do processo de acumulação capitalista" – empregado aqui palavras de Bensaïd – "está na raiz do desregramento do mundo, sua irracionalidade crescente, dos danos sociais e ecológicos".[9]

A contradição entre o capital e o trabalho não deixou a fábrica e a empresa capitalista, mas se espalhou pela sociedade como um todo.

As fraquezas do movimento socialista, do movimento para além do atual modo de produção – penso – não se encontram nas condições estruturais do capitalismo, mas sim na esfera da política em que as lutas de classes e outras lutas bem importantes são ativadas. Suspeito, como interessado, que um dos grandes erros da esquerda – socialista, comunista ou social-democrata – é recair sempre em uma visão instrumental da política. Como ativar e reencontrar o sujeito histórico, sem manipulá-lo?

A demanda de retorno ao modo de apresentação de *O Capital*, aqui apresentada, não tem qualquer pretensão de originalidade. Mesmo sob pontos de partidas diversos, ela emerge atualmente das condições do mundo como um caminho sólido diante de muitos descaminhos. A tarefa de apreender os desenvolvimentos recentes do capitalismo não precisa ocupar, entretanto, apenas uma ou outra cabeça. Nas universidades, mas também em vários outros centros de pensamento no Brasil, não necessariamente universitários, desenvolveu-se uma cultura marxista bem impressionante, mesmo quando comparada com o que foi realizado nos países tradicionais da Europa. A história está reclamando projetos teóricos ambiciosos, audácia de espírito e grande disposição de trabalho intenso. Há hoje jovens capazes de combinar um conhecimento de Economia Política com a dialética de Hegel e de Marx (respeitando as diferenças), para assim desenvolver um trabalho de fôlego nas trilhas de *O Capital*. É neles que deposito a minha confiança.

Resumo: Para compreender o capitalismo contemporâneo alguns autores têm recorrido frequentemente à periodização histórica e à definição de fases desenvolvimento. Sustenta-se nesta nota que se deve argüir primeiro se não está em desenvolvimento um novo modo de produzir no interior do

[9] Daniel Besaïd. *Un monde à changer: mouvements et stratégies*. Paris : Textuel, 2003.

modo de produção capitalista. Defende-se que ocorreu uma mudança estrutural no capitalismo nas últimas décadas do século XX, a qual pode ser caracterizada pelo vir a ser da pós-grande indústria. Esta é então distinguida por uma nova forma de subsunção real (formal e intelectual) do trabalho ao capital. Sustenta-se que para compreendê-la bem é preciso retomar em vários pontos a apresentação de Marx em *O Capital.*

Abstract: In order to understand contemporaneous capitalism some authors have frequently used historical periodization and the definition of developing phases. This paper suggests that we should first ask if a new mode of production in the capitalist mode of production is not being developed. We support the thesis that capitalism has undergone a structural change in the last decades of the 20th century, which may be characterized by the becoming of a posterior phase of large industry. This new way of producing outstands by a new form of real subsumption (formal and intellectual) of labor to capital. The paper claims that in order to better understand this new form some aspects of Marx's exposition of *The Capital* should be reutilized.